

O GOVERNO LULA E AS RELAÇÕES DE CLASSES

LULA GOVERNMENT AND RELATIONS BETWEEN SOCIAL CLASSES

SINGER, André. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador.

São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 276p.

Francisco Pereira Farias
Universidade Federal do Piauí

O objetivo de *Os sentidos do lulismo*, de André Singer, é procurar decifrar os significados do governo Lula a partir de um olhar sobre as relações de classes. O argumento principal de Singer é que a descolagem do ‘subproletariado’ dos partidos conservadores e sua adesão ao ‘lulismo’ e ao PT marcariam uma clivagem de classes (sob a linguagem de ricos e pobres) na política brasileira, em especial nas eleições de 2006 e 2010. Para o autor, “o lulismo constituiu a ruptura *real* da articulação anterior (massa rural e burguesia industrial), ao deslocar o subproletariado da burguesia, abrindo possibilidades inéditas a partir dessa novidade histórica” (Singer, 2012, p. 44).

A análise de Singer pode ser decomposta em algumas dimensões: governo Lula e classe dominante; governo Lula e classe trabalhadora; governo Lula e classes médias. Buscaremos comentar os dois primeiros pontos, deixando de lado o tema das classes médias, em virtude do espaço desta resenha.

O livro de Singer capta em sua concretude a complexidade do fenômeno do ‘lulismo’, contribuindo para reintroduzir com eficácia o enfoque das relações de classes no campo das Ciências Sociais brasileiras.

O governo Lula e a classe dominante

A análise das relações de classes que envolvem o fenômeno do

‘lulismo’, feita por Singer, não nos parece totalmente ajustada, na medida em que privilegia os conflitos entre, de um lado, a ‘coalisão rentista’ (capital ‘financeiro’ nacional e internacional) e, de outro, a ‘coalisão produtivista’ (capital industrial e classe trabalhadora). Fica ausente o conflito entre a burguesia interna (industrial e bancária) e a burguesia associada (enfeudada no capital internacional). Por isso, a descrição da política econômica do governo Lula termina por não abarcar todas as linhas principais das disputas no interior da classe dominante.

Alguns analistas¹ apontam, no governo Lula, as medidas de combate à inflação, como os juros altos, enquanto uma continuidade do modelo neoliberal de política econômica. No entanto, podemos ver que as medidas antiinflacionárias adquirem outro significado no conjunto mais amplo das políticas governamentais. Outras políticas do governo se opuseram aos eixos básicos do modelo neoliberal (as privatizações, a abertura comercial e a desregulamentação da economia), eixos esses que apontam para a retração do intervencionismo do Estado na economia. Ora, o cerne do governo Lula foi a retomada do papel do Estado para alavancar o crescimento econômico, a exemplo do lançamento do PAC e os freios às privatizações, à desregulamentação das relações do trabalho e à internalização do capital estrangeiro. Na política de proteção ao trabalho houve avanço, tendo o salário mínimo registrado um aumento próximo a 54% em termos reais, além da expansão dos investimentos em educação, urbanismo etc. Com isso, o governo fez do mercado interno uma das principais fontes do dinamismo da economia brasileira.

Podemos indagar qual força social passou a deter a hegemonia política no governo Lula. Não é difícil perceber que, durante os governos neoliberais da década de 1990, o principal grupo social a beneficiar-se simultaneamente das políticas de desregulamentação do trabalho, privatizações e aberturas comercial e monetária foi o capital financeiro internacional, cujos interesses são internalizados no país através de uma ‘burguesia associada’. Se, de um lado, a indústria e os bancos nacionais sentiam-se prejudicados com a política de abertura comercial, de outro, o médio capital – base de uma ideologia nacionalista – viu-se excluído dos benefícios da política de

¹ Ver, por exemplo, Coggiola, 2004.

privatizações. Somente a política de desregulamentação do trabalho conferia unidade às várias frações do capital, sob a hegemonia da burguesia associada.

Já no governo Lula, a partir do seu modelo neodesenvolvimentista, a fração de classe a beneficiar-se prevalentemente dos resultados da política econômica passou a ser não mais a burguesia associada, mas a 'burguesia interna' (cujo núcleo encontra-se no capital bancário nacional e na indústria nativa). Trata-se de uma fração da burguesia brasileira que, se não é 'nacionalista', também não seria 'entreguista', ou seja, mantém uma postura intermediária frente aos interesses do capital estrangeiro. Isso porque a burguesia interna, embora tenha uma base de acumulação nativa, possui vínculos de dependência (tecnológica, monetária e comercial) com o capital internacional. São os interesses da burguesia interna que explicam, em boa medida, a alteração do perfil da política externa do governo brasileiro, que passou a ter um caráter mais independente no cenário mundial.

Em resumo, o principal conflito no interior da classe dominante brasileira não se daria entre a burguesia industrial e a burguesia rentista, mas sim na oposição entre burguesia interna, representada pelo governo do PT, e burguesia associada, hegemônica no governo do PSDB. É importante lembrar que os principais bancos nacionais apoiaram a candidatura de Lula em 2002.

As trajetórias distintas do PSDB e do PT, nas suas tensões de representação política, podem ser remetidas à origem partidária, conforme sugere Singer (2012, p. 88), apoiando-se em observação do cientista político Angelo Panebianco. Como se sabe, o PSDB nasceu como uma dissidência do PMDB, durante o processo constituinte de 1988. O PSDB teve, pois, uma origem intraparlamentar, e emerge como um partido de quadros, em que os cargos internos (direção, comissões, secretarias) estavam restritos a um seletivo grupo de parlamentares. Os documentos do partido fazem referência à contribuição do capital estrangeiro como instrumento de integração e crescimento na economia mundial, à privatização de empresas estatais e à 'desprivatização' do Estado no combate ao 'patrimonialismo' (Cabrera, 1995).

O PT, vindo à luz na onda democrática que varreu o país na segunda metade dos anos 70 até o fim dos anos 1980, foi embalado pela aspiração de que a volta ao regime democrático implicasse um

resgate da dívida social secular da república brasileira. A confluência de três vertentes – sindicatos de trabalhadores, comunidades eclesiais de base, militantes de esquerda socialista – produziu uma associação de pensamento radical com amplos setores da sociedade, como havia ocorrido na Europa, um século antes, com extensa penetração de ideais socialistas.

A derrota da Frente Brasil Popular, em 1989, inicia, todavia, uma atenuação do radicalismo de origem. Em 2002, a “Carta ao Povo Brasileiro” renegava a tática de um confronto com o grande capital nacional e, para dar garantias aos empresários, o texto assegurava que o futuro governo iria preservar as medidas de estabilidade econômica e sustentava que não iria “romper contratos nem revogar regras estabelecidas” (Singer, 2012, p. 97).

O governo Lula e a classe trabalhadora

Singer aproxima o ‘lulismo’ do fenômeno clássico do bonapartismo, interpretando este último como a presença de uma liderança arbitral sobre as classes fundamentais a partir do Estado. Isso o leva a ver o ‘lulismo’ como próximo do ‘populismo’ brasileiro, também interpretado como o papel arbitral do Estado por meio de uma liderança personalista e com apoio de uma base de massa. Para Singer, as coisas se passam, em parte, como se o ‘getulismo’, depois de derrotado pelos militares em 1964, ressurgisse, não mais nos grandes centros urbano-industriais, mas agora nas áreas menos desenvolvidas, sob o nome de ‘lulismo’. A nosso ver, trata-se ainda de uma visão abstrata da liderança de Lula nos setores subassalariados da classe trabalhadora. A nossa hipótese é que Lula teve o mérito de atrair esses setores para uma aliança da classe trabalhadora com as frações progressistas da burguesia brasileira, em torno de políticas sociais mais amplas. Do contrário, Singer acaba por apagar o caráter classista da liderança de Lula junto aos trabalhadores subassalariados.

Como teorizou o cientista político Nicos Poulantzas, são vários os modos de ‘autonomia relativa’ do Estado frente a classe dominante, sendo um deles a possibilidade de eleição de um partido de esquerda ao governo (Poulantzas, 1972). Uma consequência dessa autonomia relativa é a capacidade do governo de impor à fração hegemônica da classe dominante uma política de concessões aos interesses da classe trabalhadora, em troca de uma estabilidade social e política. Um

pressuposto dessa política de esquerda é que ela não aposta na máxima de quanto pior, melhor. Isso não quer dizer que o partido de esquerda abre mão necessariamente dos seus objetivos de longo prazo. Nesse sentido, o governo do PT passou de fato a implementar um leque mais amplo de reformas sociais favoráveis aos interesses materiais e culturais dos trabalhadores.

Para exemplificar, tomemos o caso da reforma educacional, e, mais especificamente, a questão da educação profissional. Como sabemos, o objetivo socialista, no plano da educação escolar, é o da formação polivalente, o que implica um ensino geral das ciências e técnicas, como um pressuposto para a capacitação da classe trabalhadora para assumir a direção do processo social de produção. No entanto, dentro do capitalismo, só uma minoria de trabalhadores tem a exigência de uma qualificação politécnica; a maioria vive as condições de uma especialização rotineira e pouco qualificada. Daí a tendência dessa maioria a comprometer-se, para seus filhos, mais com a escolarização básica, e a não revoltar-se com a evasão ou fracasso escolar dos mesmos nos níveis médio ou superior, sob o argumento de que eles precisam começar a trabalhar para suprir a renda familiar. Nesse sentido, a educação profissionalizante no nível médio tem um impacto mais significativo para a estratégia de reprodução da família do trabalhador do que para a da família dos grupos sociais superiores.

Ora, no Brasil, são consideráveis as diferenças na maneira como essa questão foi tratada nos governos do PSDB e do PT (Oliveira; Sousa, 2005). No ideário neoliberal, a educação profissional deve ser assumida pela empresa e pelo indivíduo, como forma de o Estado diminuir sua ingerência na economia e evitar gastos. O Estado deveria, nessa visão, priorizar o investimento em educação básica, por ser o nível mínimo de qualificação da força de trabalho. Técnicos do Banco Mundial sustentam que a conjugação da formação profissional com o ensino secundário seria admitida para o caso dos países 'ricos', onde a exigência de qualificação do trabalho seria maior. No caso das nações periféricas, a recomendação é de desmembramento do ensino.

Assim, com a reforma do ensino profissionalizante de 1997, técnicos do Ministério da Educação e Cultura (MEC), influenciados pela orientação neoliberal, propuseram a eliminação pura e simples da parte generalista do currículo das escolas técnicas, buscando separar a educação profissionalizante do Ensino Médio, como uma solução para o problema visto como 'desperdício' do dinheiro público. A estratégia

de redução de custos revelava-se na diminuição da carga horária dos cursos técnicos, entre outros mecanismos.

Em 2004, foi adotada uma nova política de educação profissionalizante. A principal inovação possibilitada pela legislação federal é a adoção, pela instituição de ensino, do modelo integrado (Ensino Médio e técnico). Com isso os cursos técnicos voltaram a ter uma duração maior (agora de quatro anos, em vez de três apenas). Além do que, houve uma expansão significativa do sistema federal de educação profissionalizante neste período, inclusive com a sua descentralização para atingir os pequenos municípios.

Não parece que alguns analistas tenham apresentado elementos suficientes para caracterizar a Central Única dos Trabalhadores (CUT) como uma central 'governista', se isso significar uma incapacidade de ela se opor às medidas governamentais que penalizam os interesses da classe trabalhadora. Pode-se dizer que, ao votar no governo do PT e assumir cargos no aparelho de Estado, a CUT aceitou uma aliança política com a fração hegemônica da classe dominante, sem que isso implicasse, necessariamente, na perda de sua independência de classe.

Algumas dissidências da CUT ocorreram mais por razões pragmáticas do que por divergências político-ideológicas. Já as correntes sindicais que avaliam o governo do PT como continuidade do modelo neoliberal só podem ser críticos da aliança política da CUT. De qualquer modo, segundo a avaliação de alguns analistas², o movimento sindical vem obtendo conquistas durante a gestão do PT, diferentemente das regressões ocorridas no período do governo do PSDB.

O PSDB ascende ao poder, na década de 1990, em um contexto de transformação da socialdemocracia na Europa.

Já no final dos anos 60 [...] os partidos da social-democracia, que até então eram mais ou menos partidos ideológicos, estavam se transformando em partidos do tipo catch-all, que quer dizer absorver tudo, quer dizer: em vez de buscar votos em determinados setores da população, teriam que pedir votos de todas as classes sociais para construir uma maioria eleitoral. (Power, 1997, p. 139).

Então, quando os analistas dizem que o PSDB não tem uma base sindical, isso não seria, aos olhos do partido, um problema. Apesar

² Ver, por exemplo, Galvão, 2009.

de as suas lideranças criticarem, em nome da disciplina partidária, o individualismo político, não é essa a realidade da coalizão liderada pelo partido, na qual “essa maioria não se forma a partir dos acordos partidários, porque os partidos continuam não tendo a capacidade de controlar efetivamente o comportamento dos seus membros” (Cardoso, 2000, p. 19).

O PT, que na campanha eleitoral de 1982 tinha um discurso de classe direto – o lema famoso: “vote no 3, o resto é burguês” –, viu, no seu fracasso eleitoral, o motivo para a sua revisão. Nas campanhas de 1988 e 1989, o partido assumiu uma referência classista metonímica: pobres, marginalizados, excluídos. Lula revela ter consciência da mudança do discurso, ao afirmar: “numa campanha como a de 88 nós não poderemos ser vanguardistas, não poderemos fazer um discurso que só nós compreendamos” (Keck, 1991, p. 259).

Avaliando as experiências de governos petistas nos anos 2000, um analista notou que

o PT procurou desenvolver uma forma de democracia participativa mais eficaz, que ultrapassasse a simples participação em eleições e votações, e reorientar a política governamental em direção aos interesses dos pobres e da classe trabalhadora brasileira. (Samuels, 2009, p. 240).

Embora essa ideia da reorientação da política governamental precisasse ser melhor qualificada, ela operou um realinhamento político que explica a reeleição de Lula em 2006, numa campanha em que a polarização esquerda e direita se traduziu, no segundo turno do pleito, no confronto de classes, como atestou uma manchete de jornal de circulação nacional: “Eleitor liga Lula à defesa dos pobres e Alckimin à dos ricos” (Folha de São Paulo, 10/09/2006).

A conclusão provisória desta tentativa de análise é que, digamos, o governo do PT apresenta uma dupla face. Por um lado, ele representa a hegemonia política da burguesia interna (bancária e industrial). Por outro lado, ele significa uma aliança política da classe trabalhadora com a fração hegemônica da classe dominante, em torno de algumas reformas progressistas.

Singer parece oscilar quanto a captar o impacto do ‘lulismo’ sobre o PT: este se transformou no ‘partido dos pobres’ ou no ‘partido do povo-nação’? É justa a visão do autor de que o PT, com a ascensão do governo Lula, adquiriu ‘duas almas’: uma que beneficia o capital

e outra que possibilita “a inclusão dos mais pobres, com a melhora relativa na situação dos trabalhadores” (Singer, 2012, p. 22). No entanto, não nos parece evidente que a luta de classes perdeu ‘lugar de honra’ no partido, tendo sido substituída pelo ‘projeto nacional-popular’. Não teria sido o sentido da luta de classes que se alterou? Antes, era uma aliança com o médio capital, de natureza anti-imperialista e reformista radical; depois, tornou-se uma aliança com a grande burguesia interna, de característica antineoliberal e reformista moderada?

Conclusão

Singer tende a oscilar sobre o perfil do ‘subproletariado’ como base do ‘lulismo’. Em sua análise, os trabalhadores subassalariados aparecem na cena política ora como ‘classe’, ora como ‘massa’. Podemos indagar qual desses aspectos seria o dominante. Por outro lado, como o ‘subproletariado’ não se alinha mais com a classe dominante, qual seria o seu novo aliado? A burocracia do Estado ou o ‘proletariado’?

A despeito de algumas ponderações, o livro de Singer, incorporando as contribuições dos analistas do governo de Lula e do PT, retratou com acuidade e originalidade a política brasileira atual.

Referências

- CABRERA, José Roberto. **Os caminhos da rosa**: um estudo sobre a social-democracia no Brasil. Dissertação. (Mestrado em) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 1995.
- CARDOSO, Fernando Henrique et. al. **Realizações e desafios de um programa social-democrata**. Rio de Janeiro: Instituto Teotônio Vilela, 2000.
- COGGIOLA, Osvaldo. **Governo Lula**: da esperança à realidade. São Paulo: Xamã, 2004.
- GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula. **Outubro**, n. 18, p. 175-197, 2009.
- KECK, Margaret. **PT**. A lógica da diferença. São Paulo: Ática, 1991.
- OLIVEIRA, Elenice Gomes de; SOUSA, Antônia de Abreu (orgs.). **Educação profissional**: análise contextualizada. Fortaleza: Cefet-CE, 2005.
- POULANTZAS, Nicos. **Pouvoir politique et classes sociales**. Paris: Maspero, 1972.
- POWER, Timothy et al. **Dimensões da social-democracia brasileira**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1997.

SAMUELS, David. A democracia brasileira sob o governo Lula e do PT. In: ANGELO, Vitor;

VILLA, Marco (orgs). **O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006)**. São Carlos: Edufscar, 2009. p. 239-271.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Recebido em 01/07/2013

Aprovado em 01/09/2013